

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

a sua história ou
expansão portug
ideologia e as p
constitui um pass
sobre as socied
independência, be

Colonialismo e História

O fim tardio do colonialismo português, a forte ideologização da questão colonial perante a rejeição da comunidade internacional, a premência da expansão portuguesa e a sua identificação como pilar da nação, permitem compreender as dificuldades de organização de um discurso científico e historiográfico liberto da ideologia colonial, que se manteve surdo à recuperação da voz autónoma do Outro, recusando a sua história ou dissolvendo-a na história dos descobrimentos e da expansão portuguesa. Desmontar a articulação existente entre a ideologia e as produções científicas de um longo tempo colonial constitui um passo importante para uma renovação do conhecimento sobre as sociedades colonizadas que se reconstruíram com a independência, bem como uma condição indispensável para assegurar a mudança da escrita da história portuguesa.

Ideologia colonial e conhecimento

ideologia e dominação colonial

Em meados do século XX, enquanto a Europa negociava as independências africanas e asiáticas, Portugal reforçava o carácter obstinado do seu colonialismo, apoiado numa construção ideológica que assegurava a coesão nacional, garantia a tranquilidade dos colonos e orientava a produção do conhecimento. Se, no plano interno, os responsáveis políticos se serviam do racismo difuso que caracterizava as relações dos portugueses com os colonizados, no plano internacional, mobilizavam os 'direitos históricos' e a singularidade do seu colonialismo para recusar as mudanças da história. Organizado em três grupos de mitos que, embora em sintonia com as ideologias coloniais europeias, apresentavam formulações autónomas, o sistema ideológico colonial português adquiriu uma densidade teórica singular, cuja força pode ser medida pela sua duração e capacidade de resistência face à desaparecimento da própria dominação colonial. Estes três grupos de mitos, pensados em três dimensões – *antropológica* (a superioridade racial e cultural do homem branco e o seu corolário «a missão civilizadora»), *histórica* (o papel fundador dos descobrimentos portugueses no conhecimento e a secular continuidade da presença de Portugal no mundo), *sociológica* (o lusotropicalismo de Gilberto Freyre, provando as relações harmoniosas sempre estabelecidas pelos portugueses com outros povos, as virtudes da «assimilação» e as evidências



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

da ausência de racismo nacional) - , fixaram de maneira duradoura a legitimidade científica e histórica das opções coloniais portuguesas.

Durante um longo século, que se estendeu das décadas finais de Oitocentos ao último quartel do século XX, as mudanças políticas profundas, as complexidades doutrinárias e filosóficas, as conflitualidades nacionais e internacionais, as violentas divergências políticas, sociais, profissionais de figuras nacionais relevantes coexistiram com esta mitologia, não abalando mas sim reforçando uma unidade teórica e ideológica do país em torno dos valores e dos projectos coloniais portugueses. Muito diversas foram as personalidades que participaram nesta construção ideológica plurifacetada. Desde Oliveira Martins, autor de uma reflexão vigorosa sobre a construção da nação portuguesa, membro do Instituto de Antropologia de Paris e certamente o representante mais brilhante do darwinismo social em Portugal, aos republicanos Norton de Matos e Ferreira Diniz, até aos obreiros e agentes do Estado Novo, como Armindo Monteiro, Salazar, Adriano Moreira ou àqueles que lutavam contra a ditadura como Henrique Galvão e Cunha Leal, muitos foram os que contribuíram com as suas competências específicas para consolidar a negatividade do colonizado e a força civilizadora do colonizador, procedendo ao enquadramento da produção do conhecimento. “Os chamados «indígenas civilizados» (...) como todos os sociólogos colonialistas têm reconhecido, não passam (...) de arremedos grotescos de homens brancos. Salvo raras excepções (...), o «indígena civilizado» conserva a mentalidade do primitivo, mal encoberta pelo fraseado, gestos e indumentaria, copiados do europeu”, afirmava Vicente Ferreira (“Alguns aspectos da política indígena de Angola”, 1946, 220), antigo governador de Angola, exprimindo a leitura colectiva portuguesa dos africanos, que se apoiava na convicção de uma diferença cultural reforçada por uma herança genética singular, que nem o estatuto de assimilado podia alterar.

Mas a necessidade de modernizar o ‘esforço civilizador’, fórmula cara a Salazar, viria a traduzir-se, em meados de Novecentos e na década de 1960, marcada pela guerra colonial, no reforço da colonização branca e do recurso ao lusotropicalismo de Freyre, para justificar a singularidade do colonialismo português. Esta situação permitia celebrar a existência de uma nação grande e uma «do Minho a Timor», frase que se banalizou a partir de 1961; se Salazar sublinhava que Portugal era uma «nação pelo mundo repartida» (1963), sem preconceitos raciais nas suas práticas coloniais e civilizacionais, Franco Nogueira, ministro dos Negócios Estrangeiros, afirmava num discurso destinado tanto ao consumo externo quanto à acalmia das tensões internas resultantes da guerra colonial e da situação económica e política do país: “ fomos nós, e nós sós, que trouxemos à África antes de ninguém a noção de direitos humanos e de igualdade racial; e somos nós, e só nós, que praticamos o multirracismo, havido por todos como a expressão mais perfeita e mais ousada de fraternidade humana e progresso sociológico.” (*The Third World*, 1967, 197-198).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

A ideologização do conhecimento

A história da presença portuguesa nos espaços ultramarinos foi constantemente solicitada para criar um conhecimento que permitisse dar conta da existência dos povos, que convinha – em nome do realismo colonial – manter sob tutela, tornando-se, os produtores de economias dirigidas pelos portugueses, ‘incapazes’ de trabalhar em condições climáticas tão particulares como as dos trópicos. O racismo adquiria, assim, uma tinta climática: a superioridade do homem branco tornava-se visível, podendo até ser medida, devido ao facto específico da sua fragilidade física que contrastava com o seu vigor intelectual. Só os «selvagens», quer dizer, os homens caracterizados por uma rusticidade que os punha no mesmo plano dos animais, podiam enfrentar esta natureza descarável.

Este discurso reforçado pelo quadro teórico oitocentista de Paul Broca, inteiramente dominado pelos valores mensuráveis da estrutura somática, dos ossos à espessura dos cabelos, encontrou em Oliveira Martins um vigoroso defensor: “abundam os documentos que nos mostram no negro um tipo antropológicamente inferior, não raro próximo do antropeide, e bem pouco digno do nome de homem”, acrescentando que “se não há relações entre a anatomia do crânio e a capacidade intelectual e moral, porque há-de parar a filantropia do negro? Por que não há-de ensinar-se a Bíblia ao gorila ou ao orango, que, nem por não terem fala deixam de ter ouvidos, e hão-de entender quase tanto como entende o preto, a metafísica da encarnação do Verbo e o dogma da Trindade? (*Portugal em África...*[1891],1953, 261-263). O recurso à antropologia física restringia, assim, o alcance eficaz do olhar lançado sobre o Outro. Reduzido à condição de grande macaco, o africano era expulso das considerações relativas aos valores humanos. A sua vida escoava-se, por isso, sem marcas históricas, o «selvagem» do hoje colonial sendo a exacta reprodução do «selvagem» dos tempos imemoriais. Como acreditar na possibilidade de organizar uma qualquer explicação científica, uma vez que o continente, que não conhecia a escrita – a não ser na sua margem norte de onde o grande Egipto já fora ‘retirado’ para integrar o espaço da história universal –, parecia povoado por uma selvajaria extrema que englobava homens, animais e naturezas?

Para levar a cabo a tarefa da produção do conhecimento, era necessário que a fronteira que separava os «selvagens» dos «civilizados» dispusesse de uma base científica que só os especialistas da antropologia física, podiam fornecer. As propostas de Oliveira Martins transformaram-se no credo antropológico da intelectualidade portuguesa que desencadeou uma reflexão sistemática chamando a atenção para a necessidade urgente de promover o estudo, o ensino e o conhecimento das colónias, capaz de introduzir racionalidade na política e garantir os interesses nacionais em África, o espaço que dava consistência e dimensão ao império português. Neste contexto, para levar a cabo esta tarefa, surgiu em finais de 1875 a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL). Jaime Batalha Reis, Andrade Corvo e Luciano Cordeiro constituíam o núcleo estruturante da SGL, este último vindo a propôr a criação de uma Escola Colonial em



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Lisboa, assim designada em 1906, destinada à formação de quadros superiores especializados para assegurar uma administração racional das colónias.

A formação superior colonial, decalcada em projectos similares elaborados nas escolas coloniais europeias, integrava disciplinas como História da Colonização, Geografia Colonial, Geografia Médica, Antropologia Física, Etnografia, Direito, Economia Política, Administração Colonial, Química Agrícola, Botânica Agrícola e Florestal do Ultramar, e ainda algumas línguas dos territórios ultramarinos. Mas este projecto estava sobrestimado, pois não respondia a qualquer necessidade da comunidade nacional e, menos ainda, dos agentes da colonização, apoiados por colonos analfabetos, instalados no terreno, inteiramente dependentes de um pragmatismo provinciano, e incapazes de compreender a emergência de um 'colonialismo científico' que, como escrevia Jaime Batalha Reis, obrigava a "conhecer" para "tirar o proveito" (*Estudos Geográficos e Históricos*, 1941, 401-402).

Compreender a necessidade de conhecer as populações colonizadas para melhor as dominar, ou seja, transformar o conhecimento antropológico num dos suportes centrais da colonização, seria uma tarefa a desenvolver na Primeira República. Neste contexto emergiram, para além de instituições significativas, como a *Agência Geral do Ultramar* (AGU), em 1924, dirigida nos primeiros anos por Armando Cortesão, duas figuras marcantes da tentativa de mudança de paradigma colonial, quer pelas acções, quer pelos textos, quer por um novo olhar sobre as populações, Norton de Mattos e Ferreira Diniz, que, no entanto, não encontraram eco na comunidade científica e muito menos junto dos responsáveis administrativos das colónias, sobretudo preocupados com a criação de condições para o desenvolvimento de uma colonização branca, como viriam a revelar os estudos apresentados no Congresso de Medicina Tropical da África Ocidental, organizado em 1923.

A recusa de um projecto colonial orientado para e pelo conhecimento estava destinada a travar qualquer tentativa de organização de um discurso científico português, e viria a ser reforçada no quadro das mudanças políticas portuguesas definidas a partir de 1926: a investigação científica, o estudo, o ensino superior e a produção do conhecimento relativo à questão colonial passaram definitivamente para o controle do Estado, tal como a organização de acontecimentos de natureza lúdica-formativa como Exposições ou científica como Congressos e Missões de investigação. Em 1934, tanto a *Exposição Colonial do Porto* como o *1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial* foram sobretudo espaços de difusão da ideologia colonial que orientava a fabricação de um conhecimento 'científico', centrado na valorização da acção civilizadora e da raça portuguesas, que viria a ser reforçado pela investigação no campo da antropologia física (Mendes Corrêa, *As Raças do Império*, 1943).

O eficaz trabalho da ideologia colonial permitiu fixar as matérias coloniais como 'especialidades' exclusivas dos homens que formavam e eram formados por instituições específicas, geridas pelos responsáveis políticos. A *Escola Colonial*, designada como *Escola Superior Colonial* (ESC) em 1927,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

transformada em 1954-55 em *Instituto Superior de Estudos Ultramarinos*, viu os programas serem modificados em função da evolução da política colonial, que também orientou a criação, em 1936, da Junta das *Missões Geográficas e das Investigações Coloniais*, reformada em 1943 (e de novo em 1973), com o objectivo de dar “à investigação científica nas colónias (...) novo impulso [contribuindo] para os progressos da técnica e da política de colonização” (*Da Comissão de Cartografia...*, 1983).

A parte mais substancial dos estudos consagrados ao espaço ultramarino era editada em publicações dirigidas por organismos do Estado, como o *Boletim* da AGU ou a revista *Estudos Coloniais* da ESC, que procuravam estabelecer a relação entre o conhecimento científico e a gestão colonial. Tal não impediu outras edições (autorizadas) que desempenharam um serviço eficaz ao Estado colonial. Foi o caso da obra *Antropófagos* (1947), onde Henrique Galvão dava a conhecer a selvajaria congénita dos africanos. A ideia do «preto-antropófago» banalizada sem limites, através dos mais diferentes suportes de divulgação da imagem e da escrita, destinados a crianças, adolescentes e adultos, tornou-se um elemento estruturante do imaginário português.

Mas o Estado parecia ter renunciado a uma parcela do seu monopólio sobre o saber colonial, autorizando alguma autonomia em espaços ‘neutros’ como a geografia, a biologia, a botânica, a zoologia, ou seja, nos campos do conhecimento que pareciam furtar-se à sobrecarga da ideologia. Esta situação, aliada ao contexto internacional gerado com o fim da II Guerra Mundial (1945), à Conferência de Bandung (1955) e à condenação do colonialismo, permitiu a emergência de uma reflexão sobre a fragilidade ‘endémica’ da investigação científica portuguesa, centrando-se na geografia, consequência da importância científica de Orlando Ribeiro.

Entre 1950 e 1974, os estudos portugueses punham em evidência uma forte dependência da muleta teórica da «assimilação», não deixando de estar impregnados pelas teses do lusotropicalismo, a que o Estado, a sociedade, os intelectuais aderiram quase sem limites. “São vários os homens da ciência portugueses (...) que vêm (...) reorientando as suas investigações em diferentes especialidades em torno das relações da gente lusitana com os trópicos, sob o critério luso-tropical”, afirmava Gilberto Freyre na obra intitulada *O Luso e o Trópico* (1961, 2), publicada após a realização do *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, citando os nomes de Almerindo Lessa na medicina, de Marcelo Caetano e de Adriano Moreira no direito e na gestão do poder, sem esquecer dois nomes maiores da ciência portuguesa: o geógrafo Orlando Ribeiro, que sublinhava como a investigação científica colonial “pode e deve também servir fins práticos; quanto melhor fôr o conhecimento da História Natural que se tenha de uma região, mais firme será o delineamento do seu desenvolvimento económico» (*Problemas da Investigação Científica Colonial*, 1950, 11), e o antropólogo Jorge Dias, chamado a dirigir a *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português*, que afirmava, em 1956, que “a chamada expansão ultramarina portuguesa tem (...) um significado de alta transcendência para a história da humanidade. A acção dos Portugueses



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

não se pode confundir com os movimentos colonizadores das nações capitalistas, que instituíram um tipo de relações humanas com base na diferenciação racial” (*Ensaios Etnológicos*, 1961,153). Jorge Dias viria a dar-se conta não do rigor da teoria mas das verdades que resultavam do seu trabalho de campo, salientando num documento confidencial [1957] que “ao contrário daquilo que se pensa, e que eu também pensava, os pretos, hoje (...) temem-nos, muitos detestam-nos, quando nos comparam com outros brancos é sempre de maneira desfavorável para nós”, acrescentando que o português «habitou-se a considerar-se de tal maneira um ser superior que não dá por nada (...) nem mostra a mínima cortesia ao falar com pretos instruídos ou assimilados (...). Desta maneira vai-se cavando um abismo (...) desnecessário entre pretos e brancos, que parece contrário às superiores directrizes estabelecidas pelos responsáveis» (Pereira, “Antropologia aplicada na política colonial portuguesa do Estado Novo”, 1986, 223-225).

Se os estudos consagrados aos Outros se desenvolveram durante o período final da Ditadura, nem por isso deixaram de evidenciar as interferências do colonialismo. Os ‘especialistas’ de África não puderam ou não quiseram modificar o olhar redutor há muito lançado em particular sobre as populações africanas, e confortavelmente partilhado pelos portugueses instalados nas colónias e por uma população metropolitana alimentada pela ideologia colonial, manifestando-se, assim, uma sólida unidade nacional, que reduzia a importância dos conflitos entre a ‘situação’ e a ‘oposição’, não se abrindo qualquer brecha significativa para o conhecimento científico do Outro.

A historiografia portuguesa e a história dos povos colonizados

Limitações da historiografia dos descobrimentos e da expansão portuguesa

A historiografia portuguesa anterior a 1974 caracterizou-se pela constância da recusa em considerar a autonomia histórica dos colonizados, que permaneceram como um objecto periférico de uma história nacional, amarrada à mitologia colonial e ao elogio da missão de «civilizar» os Outros. Centrada no estudo dos descobrimentos e na expansão ultramarina, a maioria dos historiadores portugueses, apesar da apologia do valor da imparcialidade na escrita da história, continuaram sensíveis às exigências da doutrinação política verificadas no século XIX e na Primeira República, reforçadas pela dureza do colonialismo e da censura do Estado Novo. A relação entre historiografia e ideologia ao serviço do projecto colonial caracterizou-se por uma sintonia entre apoiantes e opositores do regime na tarefa de desvalorização histórica e cultural dos povos dominados.

Foi pois no espaço historiográfico dos descobrimentos e da expansão portuguesa, timidamente alargado ao império colonial que as directivas político-ideológicas censuravam e proibiam, que se assistiu à emergência do Outro, sendo indispensável sublinhar a diferenciação e a hierarquização das leituras portuguesas – aliás, na esteira das congéneres europeias - entre o africano e o asiático, para falar apenas daqueles que constituíam os colonizados do império português dos séculos XIX e XX. Esta situação que



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

não pode ser escamoteada, põe em evidência a necessidade de autonomizar geográfica e culturalmente os estudos relativos à dominação colonial, para compreender as linhas estruturantes do colonialismo, as suas formas de actuação e de consolidação de hierarquias teóricas e metodológicas que caracterizaram a fabricação da historiografia ultramarina portuguesa.

Se as últimas décadas do século XIX foram marcadas por inovações na escrita da história de Portugal, traduzindo a interferência das principais linhas de pensamento europeias nas leituras de historiadores como Alexandre Herculano, Teófilo Braga, Oliveira Martins, foi no século XX que a consolidação da historiografia dos descobrimentos e da expansão portuguesa se verificou, recorrendo à investigação e à publicação de textos destinados à glorificação do projecto colonial.

Jaime Cortesão, cujos ideais republicanos lhe vieram a custar o exílio, ocupou-se do capítulo relativo à expansão portuguesa na *História de Portugal* de Damião Peres (1928-1954), incluindo a integração dos mestiços nos quadros da administração colonial entre as causas da decadência do Império do Oriente. Também a *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1937), dirigida por António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, contou com a escrita de Duarte Leite e Veiga Simão. Só após a II Guerra Mundial se viriam a acentuar as clivagens, com a adesão de intelectuais e historiadores a um discurso oficial reelaborado no quadro das teses do lusotropicalismo, que começavam a suscitar o interesse político nacional. Raros historiadores como António Sérgio e Vitorino Magalhães Godinho aspiravam a compreender o passado nacional e imperial à luz de uma história universal e comparativa capaz de pôr em causa a retórica da glorificação das conquistas (Curto, “A memória dos descobrimentos, da expansão e do império colonial”, 2009). “Durante decénios (...) a autêntica história ultramarina desenvolveu-se sobretudo à margem das instituições e realizações oficiais, e até por elas coartada”, pois “vigorava o mito de um povo (...) que nunca se conspurcava pela avidez e pela crueldade; escondiam-se ... os documentos incómodos” e organizavam-se “a Exposição do Mundo Português em 1940 e as Comemorações Henriquinas de 1960 [que] pouco serviram o progresso da investigação histórica e as visões inovadoras destes processos tão decisivos na formação do mundo (...). Ocultavam-se os processos económicos, sociais e culturais da expansão oceânica. Não interessava a história como indagação da busca da verdade, reduziam-na a retórica comemorativista e justificadora da «grandeza» imperial” (Godinho, *Mito e mercadoria...*, 1990, 13-14). Godinho, que desde os anos 40 trabalhara para a renovação da historiografia da expansão portuguesa - através da publicação de documentação, da crítica das fontes e de uma reflexão teórica e metodológica elaborada à luz da historiografia europeia contemporânea (*Annales*) -, dando-lhe uma dimensão internacional marcada pela perspectiva comparativa e a pela sua constante integração na problemática da construção do mundo moderno, punha em evidência o uso político e ideológico da História ao serviço do Estado Novo.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Os anos 1959 a 1962 marcaram o fim de um período de grandes publicações como a *História dos Descobrimientos* de Duarte Leite, *Os Descobrimientos Portugueses* de Jaime Cortesão, e ainda, no registo da cartografia, a *Portugaliae Monumenta Cartographica*, que permitiram abrir caminho a novos estudos. Três obras inovadoras, de menor ambição e dimensão, surgiram, revelando novas perspectivas temáticas e metodológicas: *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, de Orlando Ribeiro, *Introdução à História dos Descobrimientos*, de Luís de Albuquerque e a censurada *Economia dos Descobrimientos Henriquinos*, de Vitorino Magalhães Godinho. Mas registe-se um facto singular: a questão da organização autónoma da história dos Outros nunca constituiu uma verdadeira preocupação dos historiadores portugueses, mesmo se a perspectiva universalista de Godinho pretendia abrir caminho a “uma nova maneira de olhar o mundo (...) [ao reconhecimento da] unidade dos homens na diversidade das suas sociedades e civilizações” (*Mito e mercadoria...*, 1990, 55). E já em 1947, Godinho afirmava que “impõe-se banir o europocentrismo que tem dominado a construção histórica, para que seja possível a autêntica história universal. O estudo de Marrocos, Canárias, Sáara, Guiné, Angola, Índia, China, etc., importa pelo conhecimento de estruturas diferentes da europeia e de linhas de transformação também diversas” (*História económica e social da expansão portuguesa*. 10). Refiram-se, no entanto, três intelectuais portugueses, oriundos de formações diferentes, cujos estudos fizeram emergir novas direcções de investigação: Ilídio do Amaral e os seus estudos que cruzam a geografia e a história dos espaços colonizados, António Carreira que trabalhou a tão manipulada questão da escravatura dos africanos e Avelino Teixeira da Mota, que, de certa forma, inaugurou uma leitura mais autónoma da história dos povos africanos da Guiné, que visitara nos anos 50, acompanhado de Raymond Mauny, o historiador francês que, tendo sido quadro colonial, viria, como outros europeus, a rever as perspectivas historiográficas coloniais, a valorizar as fontes orais, a interessar-se pela história dos povos africanos, integrando-a no ensino universitário francês.

O fim da epopeia colonial europeia permitiu a revisão conceptual e metodológica que dava conta da crescente consciência intelectual da indispensabilidade do trabalho interdisciplinar, contribuindo para uma ‘descolonização’ do conhecimento e o desenvolvimento autónomo das historiografias dos antigos povos colonizados. Historiadores estrangeiros como os ingleses Charles Boxer e David Birmingham, o americano Joseph Miller, o belga Jan Vansina, o francês René Pélissier que se debruçaram sobre questões históricas da colonização portuguesa não conheceram escasso eco e, mais habitualmente censura, no espaço português. É certo que obra de Boxer começou por ter alguma recepção positiva junto das entidades oficiais do Estado Novo (foi o representante britânico na abertura do Congresso Internacional de História dos Descobrimientos de 1960, académico da Academia Portuguesa de História, e doutor *honoris causa* pela Universidade de Lisboa em 1953). Mas logo se cavou um distanciamento após a publicação do seu livro *Race Relations...* (1963). A historiografia portuguesa, apesar de algumas vozes incómodas e de raras publicações denunciando a manipulação da história colonial - como pequenas formulações introduzidas no



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Dicionário da História de Portugal dirigido por Joel Serrão (1963-1971) e as contribuições de intelectuais portugueses exilados como Barradas de Carvalho, António José Saraiva, Luís de Matos e sobretudo Alfredo Margarido - manteve-se cega perante as mudanças epistemológicas mundiais. Embrenhada na teia das legitimações ideológicas e políticas do Estado Novo, a escrita portuguesa da história limitava-se a rejeitar a exclusividade da justificação religiosa da colonização, reconhecendo a importância do económico nas relações entre portugueses e africanos, mas continuando a recusar o suporte ideológico do racismo (Oliveira Marques, *História de Portugal* [1972], 1986, II, 532).

A história da «África Portuguesa» ou a recusa da autonomia histórica africana

Se a historiografia internacional da década de 60 estabelecia linhas de reflexão e de análise capazes de definir com rigor as dinâmicas históricas das sociedades dominadas, a situação da historiografia portuguesa traduzia-se na redacção e na difusão de histórias a-problemáticas, cujo único objectivo era reconfortar as escolhas do poder instalado, recusando textos, autores e factos incómodos: tanto Marcelo Caetano (1951) como Silva Rego (1956-1957) centravam as suas preocupações na ideia da «continuidade» da colonização portuguesa, marcada por uma «vocação colonial», que se mantivera inabalável no decurso dos cinco séculos de uma história sem rupturas, marcada pelas relações com os outros povos. Estes, eram agora, no quadro colonial novecentista, os africanos, que garantiam a verdadeira dimensão da excepcionalidade imperial portuguesa, “a África [sendo] o único dos continentes colonizáveis onde Portugal [possuía] como nação soberana (...) interesses importantes assim como (...) promessas de uma prosperidade futura” (Batalha Reis, *Estudos Geográficos e Históricos*, 1941, 87).

A inferioridade racial dos africanos, a sua quase animalização tão cientificamente provada pela ciência oitocentista e provada pelo “conhecido (...) horror do preto pelo trabalho” (Silva Rego, *História da Colonização Moderna*, 1956-1957, 203), permitia escamotear a história da África, despojada de qualquer forma de intelectualidade, como já o fizera Hegel, mestre directo ou indirecto de Silva Cunha, entre tantos outros homens fortes do regime salazarista. O conhecimento histórico relativo à África tornava-se, assim, num segmento da história portuguesa, os africanos sendo apenas mobilizados para permitir a afirmação da coragem ou da inteligência dos portugueses. Se a concepção de uma «África portuguesa» dirigia a organização da historiografia nacional, concentrando num espaço único e homogéneo, centrado em torno dos portugueses, as diversas realidades africanas, foi ela obrigada frequentemente a romper essa unidade histórico-espacial e a elaborar estudos monográficos, exigidos pela própria operacionalidade colonizadora.

O esforço histórico não era destinado a servir a história, mas a libertar os elementos capazes de provar os direitos portugueses relativos à dominação dos territórios e dos homens africanos. Não se tratava de definir o conhecimento do passado, mas de dar conta das maneiras de fazer e de dizer necessárias à



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

concretização do projecto colonial português, organizando o tempo e o discurso, propondo periodizações históricas, seleccionando acontecimentos, escolhendo temas, tendo apenas em conta as problemáticas nacionais ou internacionais mais significativas dos séculos XIX e XX, embora as realidades novecentistas primassem pelo silêncio na escrita dos historiadores.

Integradas no quadro mítico geral, quatro 'verdades históricas', que não apresentavam nenhuma originalidade, serviram para organizar «na continuidade» a escrita da história da «África portuguesa», que remetia os africanos para o espaço de um silêncio sem história, só rompido pelo impacto civilizador das acções portuguesas (Rego, *O Ultramar Português no Século XIX*, 1969, VII-VIII).

A primeira 'verdade histórica' não podia deixar de ser a do «papel pioneiro» dos portugueses na abolição do comércio negreiro e da escravatura, permitindo o fim de uma exploração arcaica das riquezas e a valorização dos territórios africanos. Duas linhas de raciocínio dominam a escrita para, primeiro, ilibar os portugueses desse crime que não cometeram, pois não foram os inventores do comércio de “ ébano humano”, a responsabilidade sendo dos próprios africanos que forneciam a «mercadoria» (Cunha Leal, *O Colonialismo dos Anticolonialistas*, 1961, 65-66); segundo, mostrar a posição portuguesa, centrada na “figura heróica” de Sá da Bandeira, na linha da frente das mudanças à escala mundial (Rego, *Idem*, 62). Não se tratava agora dos descobrimentos, mas de devolver aos portugueses o papel pioneiro na abolição da escravatura “que nós começámos a abolir quando a Inglaterra a defendia ainda pela voz dos seus parlamentares e dos seus estadistas» (Cordeiro, *Questões Coloniais*, 1934,15).

As segunda e terceira 'verdades históricas' recuperavam o mito da «presença multissecular» em África, dos direitos adquiridos e da não-legitimidade das pretensões europeias sobre territórios historicamente portugueses, associado à tão portuguesa «vocaçao colonial». A escrita da história colonial centrava-se assim num palco africano marcado pelos múltiplos conflitos dos portugueses com as demais potências europeias, que culminaram, depois da Conferência de Berlim (1884-85) com o Ultimato inglês de 1890, golpe inaceitável na «soberania» portuguesa. A estratégia historiográfica portuguesa recorreu a uma panóplia de factos históricos para sublinhar não só a longa duração da instalação portuguesa e os consequentes «direitos históricos», mas introduzir também a «missão civilizadora» e a «vocaçao colonial» portuguesa. Se as viagens ao longo da costa africana e as expedições terrestres permitiam realçar os interesses científicos e a prioridade portuguesa na ocupação de posições para assegurar o controle das regiões e desenvolver uma política de influência junto dos chefes africanos, a fixação de importantes núcleos de população branca substituía os “selvagens” e fortalecia a soberania portuguesa nos territórios africanos para os transformar em autênticos espaços do “território nacional” (Rego, *Idem*, 1969, 7). As duas 'verdades históricas' funcionavam a nível interno para despertar o sentimento nacional relativo à África contra o usurpador europeu, ao mesmo tempo que fixavam a ideia da portugalização assente numa



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

«vocação colonial», humanista e original. O tempo e a natureza singular dos portugueses tornaram-se o pilar da razão histórica da dominação colonial.

A quarta ‘verdade histórica’ sublinhava a «hegemonia» portuguesa nas relações com os africanos, expoliados das suas terras ancestrais, pois era o Estado colonial legítimo que assegurava a organização e a gestão do espaço. A ideia de «hegemonia» funcionava em duas direc es: por um lado, dirigia-se aos outros colonizadores europeus, para dar conta da “ completa hegemonia portuguesa na África Tropical”, resultado “ da grande Missão Histórica que Portugal tem de cumprir” (Norton de Mattos, *Memórias e Trabalhos da minha vida*, III, 1944, 364), mas por outro, pretendia ela sublinhar a orientação e o controle português indiscutível e indispensável nas relações estabelecidas com os africanos.

Esta certeza ideológica caracterizou as escolhas políticas portuguesas durante as operações de guerra que marcaram os últimos anos de Oitocentos prolongando-se no século XX. Apresentadas como indispensáveis à valorização dos territórios, o que simultaneamente permitia e justificava a criação das condições necessárias à «missão civilizadora», as guerras eram o último recurso dos “ portugueses [que] só as fizeram aos naturais de África quando para ela foram impelidos pelas suas [dos africanos] arremetidas ou quando a guerra se tornava indispensável para lhes arrancar concessões a que obstinadamente se recusavam e de que carec amos absolutamente, como a de um trânsito pelos seus domínios, exploração de minas e outras” (Botelho, *Diferenç as essenciais na g nese de Angola e Moçambique...*, 1938, 9-10). Nesta mitologia, as guerras coloniais eram pois a confirmação incontornável da selvajaria dos africanos, que os heróis portugueses enfrentavam com as «serenidade, altivez e confiança» (Lavrado, 1936, in Alexandre, *Origens do colonialismo português...*, 1979, 10) reveladoras “ da obra imortal do g nio colonizador” português (Galvão, “O passado e o presente da col nia (de Angola)”, *Boletim Geral das Col nias*, s.l., n 126, 1935, 7). Estas quatro ‘verdades históricas’ intervieram de forma constante e estruturante na construção do discurso historiográfico, sendo a última a que melhor esclarecia as escolhas portuguesas, pois continha os elementos mais significativos da visão portuguesa, destinada a apreender as normas que deviam gerir o tecido relacional, definindo a espessura das relações entre portugueses e africanos. Se as teorias do lusotropicalismo vieram a desempenhar em meados de Novecentos um papel fundamental na justificação teórica da vocação colonial portuguesa, a ideia de continuidade histórica reformulou-se em torno da impossibilidade de uma história com rupturas, porque resultava ela desta vocação do povo português, quer dizer, de um sentimento nacional que se furtava ao domínio da contingência histórica (Caetano, *Tradições, Princípios e Métodos...*, 1951, 26; Leal, *O Colonialismo dos Anticolonialistas*, 1961, 42-43).

Falsificações da história: o exemplo de Angola

A historiografia de Angola, a col nia que representava o modelo mais ‘lusamente’ elaborado do império



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

português, só podia seguir as perspectivas definidas no quadro historiográfico consagrado à «África Portuguesa». Todos os elementos de afirmação civilizacional - Estados, sistemas socio- económicos, formas religiosas, fronteiras e organização dos territórios, estratégias relacionais, dinâmicas culturais - não podiam ser africanos, pelo que só a instalação dos portugueses permitia o acesso à história, ao conhecimento, aos valores da civilização, às manifestações do progresso.

A organização da história de Angola elaborada quase exclusivamente por historiadores portugueses, profissionais ou amadores, não podia separar-se do quadro ideológico da historiografia portuguesa, procurando provar a existência de uma hegemonia portuguesa indiscutível, que fornecia o eixo central da leitura dos factos angolanos. Esta história era assim marcada pela ocultação dos angolanos, orientando-se através de um inventário de temas preferenciais, contendo factos, regiões e populações em função das 'verdades históricas' que permitiam justificar a 'portugalização' de Angola.

Mas se a maioria dos autores respeitava as condições socio-históricas de um Portugal colonial, a escrita da história de Angola não podia constituir um tecido homogéneo. Podemos identificar três tipos de escritas históricas: uma primeira, totalmente lusocêntrica e dependente da mitologia colonial; uma segunda que, mesmo respeitando os valores lusos, quis 'ver' a realidade, recorrendo aos arquivos para organizar a narrativa histórica; por fim, a terceira, muito reduzida, que procurou dar conta de uma história angolana 'africanizada'.

O primeiro tipo concentrava as histórias de Angola ao serviço do colonialismo português. De maneira mais precisa, esta leitura da história possuía duas tendências mais aparentes que reais: a primeira concebia a história de Angola como uma espécie de inscrição limitada nas histórias de Portugal e da expansão portuguesa, os angolanos estando ausentes ou reduzidos à função de apêndice menor ou exótico das operações portuguesas. A segunda, autorizava uma aparente autonomia à história angolana, desde que esta se mantivesse no quadro da indiscutível hegemonia portuguesa.

Quer se fale de António Baião e do grupo que mobilizou para levar a cabo a *História da Expansão Portuguesa no Mundo* (1937-1940) ou do padre Silva Rego, que não conseguiu separar-se da sua visão de missionário, minimizando a violência da escravatura perante a qualidade superior do baptismo redentor, encontramos a mesma retórica colonial, inabalável e inabalada perante as mudanças mundiais registadas na organização da história africana, a partir dos anos 1950.

Na imensa história dirigida por António Baião, que registou a exaltação da presença «antiga» dos portugueses na região angolana, mobilizando os heróis Paulo Dias de Novais e Salvador Correia de Sá, seguidos dos governadores e das suas realizações, a história da Angola dos séculos XIX e princípios de um século XX, limitado pela censura mas também pelo conceito de história, não aparecia de maneira autónoma, mas integrada nos capítulos temáticos consagrados às questões ultramarinas (abolição do comércio de escravos, Conferência de Berlim, conflitualidade europeia, explorações científicas, guerras de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

conquista, confrontos com populações «selvagens», colonização branca), que resumiam bem os fantasmas portugueses e as directivas ideológicas.

A orientação do padre Silva Rego respeitava também esta leitura da história. Os temas, os problemas, os acontecimentos e os heróis eram praticamente os mesmos. Mas Rego fazia esforços para organizar uma teoria capaz de explicar tanto a soberania portuguesa em Angola como as relações entre os portugueses e os africanos, classificando o sistema angolano como sendo um “regime de feudalidade luso-africano”. Para Silva Rego, as decisões da Conferência de Berlim haviam perturbado a soberania portuguesa, introduzindo mudanças negativas nas relações que Portugal, “país suserano”, mantinha, graças aos “acordos de vassalagem”, com os chefes africanos, alimentando os conflitos entre “sobas profundamente divididos entre si por rivalidades tribais” e revoltando-os contra a autoridade portuguesa, “o único cimento que ia, lentamente, trabalhando a unidade angolana”, introduzindo em Angola “a ordem e a disciplina”, a “civilização e o progresso” (*O Ultramar...*, 1969,XX,247-250).

Seria impossível ignorar a *História de Angola* de Ralph Delgado (1948) devido à sua importância na historiografia portuguesa consagrada a Angola. Redigida em Benguela como um monumento triunfalista destinado a celebrar os valores do tricentenário da restauração da colónia, esta obra pretende debruçar-se sobre as derrotas angolanas perante o génio militar português. Delgado dedica-a ao pai, o primeiro administrador do Bié, cujo sentimento nacionalista não podia deixar de exaltar (1948, I, «Dedicatória»). A lição ideológica é transparente: só uma dupla capilaridade, associando o familiar e o nacional português – os valores angolanos não passavam de uma variável menor desta situação –, permitia dar conta de um passado mobilizado para justificar o futuro.

Ralph Delgado não podia deixar de propôr uma periodização histórica lusocêntrica, que se iniciava em 1472, com o “descobrimento”, desenvolvendo-se depois em torno do tráfico negreiro, “da conquista e condomínio luso-flamengo”, das relações económicas com o Brasil, caracterizando-se, entre 1836 e 1918, pela “abolição da escravatura, a ocupação definitiva do território e o início do aproveitamento das fontes de riqueza”; o último período (sem termo) “de 1918 a ?” ocupava-se do estudo da “expansão económica e administrativa, transformação social e caminhada para a criação de um estado português de grande amplitude” (p. II). A visão da história branca de uma Angola branca remetia os africanos para um não-espaço histórico, confirmado pela leitura preconceituosa das dinâmicas sociais, políticas, religiosas de uma das estruturas nacionais angolanas mais organizadas, antes do aparecimento dos portugueses: o reino do Kongo, que designa como “país de negros sem baptismo, (...) com todos os sinais de uma organização tribal”, evidenciando uma «selvajaria» instalada na longa duração. Já os valores positivos pertenciam todos aos portugueses “portadores de uma civilização urbana e caídos abruptamente nesta sociedade primitiva [que] desejam transformar”, impondo o progresso e a mudança civilizadora (1948, II-III).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

O segundo tipo de escrita, que reconhecia um lugar aos africanos em certas situações e contextos foi marcado pelo peso do lusotropicalismo. O Outro tornou-se indispensável para permitir a mestiçagem, sem a qual a história colonial portuguesa não podia ter a mesma densidade. A *História de Angola* (1929) de Alberto de Lemos, funcionário que ocupou lugares importantes na hierarquia administrativa de Luanda e organizou o Arquivo Histórico de Luanda (1937), consagrou uma visão lusocêntrica, versão lusotropicalista, revelando a articulação entre os fundamentos históricos legítimos da “causa colonial que continua ainda hoje a ser a sua [de Portugal] justificação principal” e o dever de “povoar e civilizar as suas possessões tão extensas, colaborando no progresso da humanidade em geral”, tornando-se a colonização “a função fundamental da nossa nacionalidade” (Lemos, 1929, 61). Organizada em torno de acontecimentos que marcaram a vida portuguesa em Angola, recorrendo à analogia para manter uma fidelidade total à história de Portugal (a Batalha de Ambuíla é a “Aljubarrota de Angola”), Lemos mobilizou a mestiçagem, que praticou na sua vida familiar, para registar uma certeza histórica indiscutível: o papel preponderante das grandes famílias mestiças urbanas na formação e consolidação de uma Angola portuguesa. (Lemos, *Nótulas históricas*, 1969, 240).

A *História de Angola* de Norberto Gonzaga, publicada em Angola em 1963, com o objectivo de mostrar o papel determinante assumido por Portugal na história angolana, identificou um “período pré-colonial” anterior à chegada dos portugueses, sublinhando a existência do reino do Kongo e de acontecimentos centrados em figuras africanas como a rainha Njinga, para pôr em evidência a heroicidade dos portugueses, promotores do progresso e da mudança (1963,145). As denúncias da selvajaria africana (recorrendo ao canibalismo) e das agressões europeias aos direitos portugueses organizaram o discurso do autor, centrado em factos e temas reveladores de um lusocentrismo marcado já pela guerra colonial.

O terceiro tipo de escrita histórica procurou devolver aos africanos o lugar central na história de Angola, embora deslizando frequentemente sobre as armadilhas decorrentes de uma ideologia muito fortemente enraizada no tecido cultural português. Um dos raros representantes desta escrita foi Norton de Mattos que reconhecendo a anterioridade da história dos angolanos sublinhava a absurda incomodidade do poder português perante esta realidade histórica. Criando uma espécie de espaço historiográfico onde ambas as histórias se articulavam, o general, referia a história portuguesa de Angola, iniciada em 1483, num território onde “havia [já] muitos séculos”, “povos com uma organização social que muito surpreendeu os descobridores e cuja história (...) é essencial conhecer, para bem se compreender o desenrolar dos complexos acontecimentos que, naquela região, se têm produzido, desde os fins do século XV aos nossos dias” (Mattos, *Memórias e Trabalhos da minha vida*, II, 1944, 27-28). Norton de Mattos avançava com dexteridade num terreno histórico, minado pelas ideologias e pelos mitos, para salientar que a história de Angola era de facto «constituída pela análise das reacções e transformações que os seus antigos habitantes indígenas (...) experimentaram ao nosso contacto. Finalmente, a história da formação do



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

território português angolano, tal como hoje existe, dependeu não só dos elementos africanos que se levantaram em obstáculo à expressão portuguesa, umas vezes derrotados, outras não, mas também de nações europeias que impediram a nossa [quer dizer, dos portugueses] livre expansão» (II, 27-28). Marcado por uma grande curiosidade, o não historiador Norton de Mattos, que confessava a sua fidelidade teórica a Proudhon, não podia repensar a organização de Angola sem recorrer à perspectiva lusocêntrica, aos factos e aos problemas coloniais portugueses, para definir os grandes eixos da história angolana (II, 28-29), mas não eliminou os africanos da organização histórica do seu país.

A *História de Angola* de Francisco Castelbranco, publicada em Luanda em 1932, revelou-se mais fluida, descritiva e 'africanizada'. Este autor, que pertencia à pequena burguesia angolana mestiça, também não possuía uma formação de historiador. Consciente das dificuldades, das fragilidades e das insuficiências do seu trabalho, mas considerando urgente a tarefa de proporcionar «o meio de se conhecer a História de Angola» (1932, Prefácio), o autor não hesitou em proceder ao inventário dos conhecimentos, avançando para a organização, em 22 capítulos sem preocupações metodológicas, de uma história angolana, arrastando os africanos, mesmo se pela mão paternalista e fraterna do herói português, para a linha da frente do seu discurso escrito. Se a sua escrita se caracterizou por um pendor demasiado descritivo e nunca suficientemente analítico, Francisco Castelbranco revelou uma importante massa de informações e pôs em evidência a importância dos africanos na fabricação da sua história, associando-os aos acontecimentos provocados pelas intervenções portuguesas. Ao arripio da maior parte das histórias de Angola, o autor procurou registar os grandes factos angolanos num plano idêntico aos acontecimentos portugueses e internacionais, preocupando-se também com as questões consideradas 'menores' pela historiografia portuguesa - os quotidianos dos angolanos e as situações locais que marcavam as suas vidas como epidemias, crises de seca, fomes -, não esquecendo o exercício da autoridade administrativa, as tropas portuguesas e angolanas, as melhorias introduzidas como a construção dos caminhos-de-ferro, a colonização branca, a situação económica, as finanças da colónia, para falarmos apenas de questões do século XX (1932, 255-256). Apesar de todas as falhas metodológicas, esta história de Angola possui o mérito de procurar abrir aos africanos um espaço autónomo no interior da sua própria história, rejeitando a ideia da passividade africana nos processos de transformação histórica, que marcava a historiografia portuguesa sobre os Outros. Neste século XXI, a historiografia portuguesa que conheceu grandes avanços em temáticas da história de Portugal silenciadas pelo Estado Novo, não pôde ou não soube ainda proceder a uma sistemática 'descolonização' da reflexão histórica consagrada à questão colonial nas suas mais complexas dimensões, a uma valorização sem preconceitos da história dos povos colonizados e a um reconhecimento da importância desses povos para a renovação da história portuguesa.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Bibliografia:

ALBUQUERQUE, Luís de, *Introdução à História dos Descobrimentos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1959; ALEXANDRE, Valentim, *Origens do colonialismo português moderno (1822-1891)*, Lisboa, Sá da Costa, 1979; Id., *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na crise do Antigo Regime Português*, Porto, Afrontamento, 1993; Id., "A África no imaginário político português, séculos XIX-XX" *Penélope*, 1995, 15, 39-52; AMARAL, Ilídio do, *Aspectos do Povoamento Branco de Angola, Estudos, Ensaios e Documentos*, Lisboa, JIU, 1960; ANDRADE, Mário Pinto de, "Qu'est-ce que le luso-tropicalisme?", *Présence Africaine*, 4, 1955, 24-35; BETHENCOURT, F., "A Memória da Expansão", BETHENCOURT, F. e CHAUDURI, K., dir., *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, 5, 1999, 442-480; BETHENCOURT, F. e CURTO, D. Ramada, eds, *A memória da nação*, Lisboa, Sá da Costa, 1991; BOTELHO, Teixeira, *Diferenças essenciais na génese de Angola e Moçambique sob o domínio português*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Tomo III, 1938; BOXER, Charles, *Race relations in the Portuguese Colonial Empire*, OUP, 1963; CAETANO, Marcelo, *Tradições, Princípios e Métodos da Colonização Portuguesa*, Lisboa, 1951; CARREIRA, António, *Angola: da Escravatura ao Trabalho Livre*, Lisboa, 1977; CASTELBRANCO, F., *História de Angola, desde o descobrimento até à implantação da República*, Luanda, Ed. Autor, 1932; CASTELO, Cláudia, *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento, 1998; CATROGA, F., *Memória, história e historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001; CORDEIRO, Luciano, *Questões Coloniais*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934; CORRÊA, A. Mendes, *As raças do Império*, Porto, Portucalense Editora, 1943; CORTESÃO, J., *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Arcádia, 2 vols., 1958-62; CURTO, D. Ramada, "O atraso historiográfico português", *BOXER Charles, Opera Minora*, ed. D.R. Curto, Lisboa, Fundação Oriente, 2002, 3, XIII-XXV; Id., "A memória dos descobrimentos, da expansão e do império colonial", *Le Monde Diplomatique*, Lisboa, 22 Setembro 2009; *Da Comissão de Cartografia (1833) ao Instituto de Investigação Científica Tropical (1983). 100 Anos de História*, IICT, 1983; DELGADO, Ralph, *História de Angola 1648-1836*, Lisboa, Ed. Banco de Angola, 4 vols., 1955; DIAS, Jorge, *Ensaios Etnológicos*, Lisboa, JIU, 1961; *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1ª ed. 1963-1971; DINIZ, J.O. Ferreira, *Populações Indígenas de Angola*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918; FERREIRA, Vicente, "Alguns aspectos da política indígena de Angola" (1934), *Antologia Colonial Portuguesa*, I, Lisboa, AGC, 1946; *Formação (A) do espírito colonial na escola primária portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934; FREYRE, Gilberto, *Casa Grande e Senzala*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d. (1ª ed., 1933); Id., *O mundo que o Português criou. Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil*, Prefácio de António Sérgio, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1940; Id., *O Luso e o Trópico*, Comemoração do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, Lisboa, 1961; GALVÃO, Henrique, "O passado e o presente da colónia (de Angola)", *Boletim Geral das Colónias*, s.l., nº126, 1935,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

pp. 16-36. Id., *Antropófagos*, Lisboa, Editorial “Jornal de Notícias”, 1947; GODINHO, Vitorino Magalhães, *Comemorações e história*, Lisboa, Seara Nova, 1947; Id., *Ensaio III*, [1955], Lisboa, Sá da Costa, 1971; Id., *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar - Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990; GONZAGA, Norberto, *História de Angola 1482-1963*, Luanda, Ed. CITA, 1963; GUIMARÃES, Ângela, *Uma corrente do Colonialismo Português. A Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984; HENRIQUES, I. Castro, *Percursos da Modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa, IICT, 1997. 1ª ed. francesa, Paris, Harmattan, 1995; Id., *Os Pilares da Diferença. Relações Portugal - África (séculos XV-XX)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2004; Id., *Africans in Portuguese Society: Classification Ambiguities and Colonial Realities*, *Imperial Migrations. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World*, eds. E. Mortier-Genoud e M. Cahen, Londres, Palgrave Macmillan, 2012, 72-103; *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, dir. António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, Lisboa, Ática, 1937-1940; *Historiografia e memórias*, eds. S.C. MATOS e M.I. JOÃO, Lisboa, GHFLUL/CEMRI, 2012; JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal 1880-1960*, Lisboa, FCT/FCG, 2004; LEAL, Cunha, *O Colonialismo dos Anticolonialistas*, Lisboa, Ed. do Autor, 1961; LEMOS, Alberto, *História de Angola*, Luanda, Imprensa Nacional, 1929; Id., *Nótulas históricas*, Luanda, FTP, 1969; LOPES, Baltazar, *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre. Apontamentos lidos ao microfone de Rádio Barlavento*, Praia, Imprensa Nacional, 1956; MARGARIDO, Alfredo, “Algumas formas da hegemonia africana nas relações com os portugueses”, *Reunião Internacional de História de África (I)*, Lisboa, IICT, 1989, 383-406; *A Lusofonia e os Lusófonos. Novos Mitos Portugueses*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000; MARQUES, A.H. de Oliveira, *Antologia da historiografia portuguesa*, Lisboa, Europa-América, 1974-75; Id., *História de Portugal*, Lisboa, 3 vols., Ed. Agora, 1972. Reed. 1986; MARQUES, J.P., *Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a abolição do tráfico de escravos*, Lisboa, ICS, 1999; MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *O Brasil e as Colónias Portuguesas*, [1880], Guimarães Editora, 1953; Id., *Portugal em África. A questão colonial. O conflito anglo-português*, [1891], Lisboa, Guimarães Editora, 1953; MATOS, A. Teodoro e TOMÁS, L.F., Eds., *Vinte anos de historiografia ultramarina portuguesa 1972-1992*, Lisboa, 1993; MATOS, P. Ferraz, *As Cores do Império. Representações Raciais no Império Colonial Português*, Lisboa, ICS, 2006; MATOS, S. Campos, *Historiografia e memória nacional no Portugal do século XIX*, Lisboa, Colibri, 1998; Id., “História da História”, *Dicionário de Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao Final do Estado Novo*, 2013; MATTOS, Norton, *Memórias e Trabalhos da minha Vida*, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial, 4 volumes, 1944-1945; Id., MATTOS, Norton, *A Missão Colonizadora de Portugal em África*, Discurso proferido na Câmara Municipal de Lisboa, 1923; MATTOSO, J., *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1998; MONTEIRO, Armindo, *Para uma política Imperial. Alguns discursos do Ministro das Colónias*, Lisboa, AGU, [1933?], s/d; MOTA, A. Teixeira, *Guiné Portuguesa*, Lisboa, AGU, 2 vols., 1954; MOUTINHO, M., *O Indígena no Pensamento Colonial Português*,

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000; *Nações e Identidades. Portugal, os Portugueses e os Outros*, eds. FERNANDES, H., HENRIQUES, I. Castro, HORTA, J.S., MATOS, S. Campos, Lisboa, Caleidoscópio, 2009; NOGUEIRA, Franco, *The Third World*, Londres, Johnson, 1967; PEREIRA, Rui, “Antropologia aplicada na política colonial portuguesa do Estado Novo”, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 4-5, Lisboa, 1986; REGO, A. da Silva, “Tendências da moderna historiografia portuguesa”, XXIII Congresso Luso-Espanhol, Coimbra, 1956; Id., *História da Colonização Moderna*, Lisboa, CULMP, 1956-1957; Id., *O Ultramar Português no Século XIX, 1834-1920*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1969. REIS, Jaime Batalha, “Algumas reflexões sobre colonização”, *Estudos Geográficos e Históricos*, 1941; Ribeiro, Orlando, *Problemas da Investigação Científica Colonial*, Lisboa, JIU, 1950; Id., *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*, Lisboa, JIU, 1962; SALAZAR, *A Atmosfera mundial e os Problemas Nacionais*, Lisboa, SNI, 1957; Id., *Temos também o dever de ser orgulhosos dos vivos*, Lisboa, SNI, 1963; SÉRGIO, António, *Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*, (1941), Lisboa, Sá da Costa, 1974; TORRAL, L.R., *História e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.

Isabel Castro Henriques



APOIOS:

